



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019
(Do Sr. Jesus Sérgio)

Apresentação: 07/08/2019 18:31

RIC n.998/2019

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Cidadania acerca das extinção do Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Cidadania acerca das extinção do Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual era a função do Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)?
- b) Quantos membros compunham o colegiado do Conselho Consultivo do PNLL e que setores da sociedade representava cada conselheiro?
- c) Qual foi o motivo que levou o governo a extinguir o Conselho Consultivo do PNLL?
- d) Quais são os benefícios para o país a determinação do governo federal de extinguir o Conselho Consultivo do PNLL?
- e) Quais são os benefícios para o país a determinação do governo federal que reduziu de dois para apenas um, o número de representantes da sociedade civil no Conselho Diretivo do PNLL?



* C D 1 9 6 5 8 4 2 7 5 8 0 8 *



JUSTIFICAÇÃO

Desde sua instalação, em 1º de janeiro do ano em curso, o governo Bolsonaro tem dado declarações e efetivado sucessivos ataques aos conselhos de representação popular presentes nas diversas áreas da administração pública federal.

Na contramão dos princípios democráticos que estabelecem a participação cada vez maior da sociedade nas decisões de governo, o atual executivo federal tem primado por diminuir o tamanho dos conselhos em todas as áreas de governo e em casos como esse em tela, até extinguir, mesmo que esses conselhos sejam apenas consultivos, isto é, o governo não é obrigado a executar suas decisões que não são mais que apenas sugestões para orientar a execução das políticas públicas. Além disso, o governo tem seus representantes que podem barrar deliberações de qualquer conselho.

Os conselheiros consultivos não recebem salários, representam os anseios da sociedade na execução das políticas governamentais e reforçam a democracia por meio da participação popular nas esferas de poder.

O decreto assinado pelo presidente da República e por Vossa Excelência, Ministro Osmar Terra, publicado em 24 de julho do ano em curso, deixa transparecer um espírito de vendeta em relação a decisões anteriores desse colegiado que não agradaram a atual ideologia majoritária do executivo federal.

O decreto também reduziu de dois para apenas um, o número de representantes da sociedade civil no Conselho Diretivo do PNLL. Os integrantes são indicados por editores, autores de livros e especialistas em acessibilidade. Difícil compreender as razões do governo sem suspeitar que não quer ouvir a sociedade e ser cobrado por políticas públicas de promoção dos interesses nacionais.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Sr. Ministro da Cidadania que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO



* C D 1 9 6 5 8 4 2 7 5 8 0 8 *